



Como pôr a casa em ordem?

Benedicto Ismael Camargo Dutra (*)

Desde épocas imemoriais o homem tenta seguir o caminho da vida com vistas ao espiritual e sobreviver de forma condigna no mundo material afastado da miséria

O reconhecimento dos entes da natureza foi um passo para chegar à adoração ao Deus único, mas os objetivos materiais sobrepujaram tudo o mais. Surgiram as religiões, o capitalismo e o Estado capitalista. Dominam, agora, objetivos ligados ao dinheiro e poder.

As guerras comerciais-econômicas e a miséria são as consequências naturais. Cada povo colhe o que semeia. Esperemos não seguir a Venezuela. As teorias das vantagens comparativas e do livre comércio são de outra era e, neste mundo, com quase oito bilhões de habitantes, precisam ser atualizadas para que não se ofereça vantagens a uns com perdas a outros.

Os países precisam de empregos, o que exige bom preparo das novas gerações, equilíbrio nas contas internas e externas sem cair no endividamento. A globalização quer tudo no mesmo balaio sem olhar para questões específicas, deixando que surjam a miséria e a precarização.

Petróleo é fundamental, mas sua cotação sempre apresenta instabilidade. Guerra comercial, sanções econômicas, o que se passa de fato? Com certeza está havendo um embate entre forças com objetivos antagônicos. O que se percebe são efeitos negativos que aceleram a desordem nos países melhor administrados e o caos nos mal administrados, caso do Brasil e outros, cuja população despreparada e desorientada não sabe o que fazer.

No geral, há cidades e países ao abandono, enquanto seus recursos naturais vão mudando de mãos sem ensejar melhoras internas. Com isso, há perdas com deterioração das regiões urbanas e aumento da insegurança. Os países têm vivido em desequilíbrio. Há décadas os mais fracos permanecem no prejuízo, financiando déficits com alto custo, entregando recursos naturais a preço de banana. Estranho que se passaram décadas até que os EUA buscassem restabelecer as contas deficitárias.

A Organização Mundial do Comércio (OMC), tão previdente, poderia ter minimizado o desequilíbrio. É para isso que essa organização deveria existir. O Brasil, mal gerido há

décadas, precisa de um governo que seja pró Brasil, pois a guerra comercial tende a se agravar e quem tiver governo displicente vai ficar por baixo e sacrificar sua população.

Como encontrar a causa principal do que se convencionou chamar de nova estagnação secular? Os políticos só pensam em si e nos seus interesses, mas os países entram em rota de desequilíbrio geral, e as novas gerações estão cada vez mais envolvidas pela parafernália tecnológica de informação voltada para o superficialismo, afastando-as do significado da vida.

Eleito presidente em 2002, Lula, fez o que seus antecessores descuidaram: deu renda à massa de pobres sem ensinar a pescar, sem educar, incentivando a renda fácil, comparando-a com os juros elevados pagos pelo Brasil. Pão e circo. Seu carisma e suas doações sem contrapartida encantaram o povo. Ao mesmo tempo, com o dólar barato as indústrias iam fechando e a dívida amentando.

Bastava olhar para perceber que seria um longo reinado. As táticas empregadas não destruíram o ídolo.

E agora o que vai ser? O Brasil está afundando. Sem emprego, sem bom preparo dos jovens, com renda declinando e precarização aumentando há cada vez menos motivação para fazer as coisas bem feitas. É preciso pôr a casa em ordem, mas temos que olhar que tipo de futuro está sendo gerado.

O dramático apelo feito pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso sobre a necessidade de sensatez dos eleitores bem poderia ter ecoado no início do século. A população brasileira chegou a um ponto de viragem democrática, enojada diante de tantas mazelas públicas e privadas, internas e externas, todos querendo abocanhar o seu quinhão.

Os anseios de um "basta" e de busca de melhor futuro se adensaram com força insuspeitada de norte a sul. O país necessita de governantes pró-Brasil, chega de vendilhões. Nesse sentido, a esperança recai naqueles que se mostram sinceros patriotas e fora dos esquemas oligárquicos de governo.

Errar é possível, mas é preciso inovar na União e nos Estados.

(*) - Graduado pela FEA/USP, é do Conselho de Administração do Prodigy Berrini Grand Hotel. Articulista, realiza palestras sobre qualidade de vida. Coordena os sites (www.vidaaprendizado.com.br) e (www.library.com.br); E-mail: (bicidutra@library.com.br); Twitter: @bidutra7.

Comissão pode regulamentar prisão em segunda instância

Tramita na Comissão de Constituição e Justiça do Senado o projeto que pode pôr fim à polêmica sobre a execução da prisão de um condenado em segunda instância

As penas eram executadas no Brasil de acordo com a interpretação e decisão dos juízes. Em 2016, o STF firmou jurisprudência que permitiu a prisão após a condenação em segunda instância. Apesar disso, o entendimento vem sendo questionado, e há uma pressão sobre o STF para rediscutir o assunto.

De acordo com a Constituição, "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória". Para tentar pacificar a questão, o senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) apresentou o projeto determinando que, para fins de cumprimento de sentença penal condenatória, o trânsito em julgado será considerado



Senador Ricardo Ferraço, relator do projeto que regulamenta a prisão em segunda instância, e o autor da proposta, senador Cássio Cunha Lima.

a partir da condenação em segundo grau, em única instância ou após julgamento de

recurso. "A lógica se inverte: a pessoa terá direito a recurso em terceiro grau, mas cum-

prindo a sentença", disse o senador.

O relator, senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), acrescentou emenda ao texto original para deixar explícito que, no processo penal, o trânsito em julgado ocorrerá com o esgotamento das instâncias ordinárias (juiz singular — primeiro grau — e colegiado de desembargadores — segundo grau). Será assegurada às partes a interposição de recursos para as instâncias extraordinárias (STJ e STF). "A interpretação constitucional não pode ter como consequência a ineficácia de todo um sistema penal legal", disse o relator. A proposta tem decisão terminativa na comissão e, caso seja aprovada, segue para a Câmara (Ag.Senado).

Hotéis devem oferecer adaptador de tomada universal

A Câmara analisa o projeto do deputado Lincoln Portela (PR-MG), que torna obrigatória a disponibilização gratuita de adaptadores de tomada universal, nos estabelecimentos comerciais que ofereçam serviço de hospedagem.

A proposta prevê que o adaptador fornecido — no mínimo um por hóspede — deve ter certificação do Inmetro e devem ser afixadas etiquetas em português, inglês e espanhol que informem sobre a disponibilidade dos adaptadores. Segundo Portela, a adoção dos novos padrões de plugues e tomadas tem sido gradual no Brasil, de modo que o consumidor ainda vem ajustando a sua rotina para se adequar aos modelos atuais.

"Em hotéis, o consumidor ainda enfrenta dificuldades, e para o turista estrangeiro o contratempo é maior", disse, ressaltando que o projeto busca minimizar esse desconforto. A proposta, que tramita em caráter conclusivo, será analisada pelas comissões de Turismo; e de Constituição e Justiça (Ag. Câmara).

Maior abertura dos Estados Unidos anima calçadistas brasileiros

Os fabricantes de calçados do Sul do país estão animados com a possibilidade de aumento das vendas para os Estados Unidos. O que anima os empresários da região é a entrada em vigor de uma nova legislação norte-americana que prevê redução tarifária para 1,7 mil produtos importados, entre os quais, calçados. Assinadas pelo presidente Donald Trump, as novas regras entram em vigor no próximo dia 13.

A maior abertura do mercado americano ocorre em um momento em que o Brasil precisa ajustar a sua demanda externa. Segundo a coordenadora da Abicalçados, Priscila Linck, o consumo mais retraído no mercado interno obriga os empresários a buscar compradores de fora. Lembra que os Estados Unidos sempre foram o principal destino das exportações do setor, mas, desde o ano passado, as encomendas de lá vinham caindo e só registraram um pequeno crescimento em agosto.



O consumo mais retraído no mercado interno obriga os empresários a buscar compradores de fora.

A Argentina, que era a segunda maior importadora dos calçados brasileiros, passou à primeira posição em janeiro, mas começou a reduzir as compras em julho, por causa da crise econômica no país.

Dos 909 milhões de pares de calçados produzidos pelo Brasil, no ano passado, 20,6% foram confeccionados pelos gaúchos que detêm quase a metade das vendas externas. No ano passado, os produtores do Rio Grande do Sul tiveram participação de 41,4% no total de 127 milhões de pares em-

barcados.

Em 2017, as exportações brasileiras alcançaram volume financeiro de US\$ 1,09 bilhão, superando o resultado de 2016 (125,6 milhões de pares e US\$ 999 milhões). O posto de maior produtor nacional, no entanto, é do Ceará (28,1%), mas a maior parte da fabricação desse estado abastece o mercado doméstico e apenas 26,5% seguem para o exterior. Quarto lugar na lista de produção, São Paulo é o terceiro maior vendedor externo (10,4%) (ABR).

Apostadores podem ser obrigados a informar CPF

Os participantes de loterias administradas pela Caixa podem ser obrigados a registrar o número do CPF no momento de cada aposta. O objetivo é facilitar a investigação de crimes como lavagem de dinheiro e ocultação de bens, direitos e valores. Projeto do senador Paulo Bauer (PSDB-SC) com esse objetivo já pode ser incluído na pauta de votações da Comissão de Assuntos Econômicos.

O relator, senador Pedro Chaves (PRB-MS), insere alterações que obriga as administradoras de loterias a divulgarem pela internet, em até 90 dias o nome, o CPF e o endereço dos ganhadores dos prêmios. "O objetivo é aperfeiçoar o pagamento dos prêmios, conferindo maior transparência e honestidade e evitando suspeitas sobre uma série de 'coincidências' que ocorrem nos sorteios", argumenta Bauer na justificativa do projeto.

"O problema de fraudes nas loterias é antigo", reconhece Pedro Chaves, lembrando o caso do ex-deputado João Alves (BA), que renunciou ao mandato em 1994 por envolvi-



O CPF valerá para as apostas da Mega-Sena, Lotofácil, Lotomania, Dupla-Sena, Timemania, Quina, Loteca e Lotogol.

mento no escândalo que ficou conhecido como "Anões do Orçamento". Na ocasião, Alves justificou o crescimento do patrimônio dizendo ter ganho 221 vezes em loterias. "Em 2015, uma quadrilha especializada em fraudar os pagamentos de loterias desviou mais de R\$ 60 milhões em bilhetes premiados, não sacados pelos ganhadores", afirma o relator.

Para Chaves, é possível elevar o número de informações disponíveis para os órgãos de

controle apenas com o registro do CPF dos jogadores no momento da aposta. "Os agentes pagadores dos prêmios poderão conferir se o número informado em cada aposta coincide com o número apresentado na retirada do respectivo prêmio", argumenta. O CPF valerá para as apostas da Mega-Sena, Lotofácil, Lotomania, Dupla-Sena, Timemania, Quina, Loteca e Lotogol. Ficariam de fora a Loteria Federal e a Lotex (Ag. Senado).

Defesa por mais inclusão marcou o Dia Nacional do Surdo

O último dia 26 marcou a passagem do Dia Nacional do Surdo. Durante todo o mês, campanhas de inclusão foram realizadas no chamado Setembro Azul. Nesta data, parlamentares destacaram a importância do respeito e da inclusão e prestaram homenagens aos surdos e àqueles que trabalham em defesa dessas pessoas.

"As necessidades específicas do ser humano não importam quando existe o respeito, admiração e principalmente o amor", destacou a deputada Mariana Carvalho (PSDB-RO). Com uma foto postada em seu Instagram, a deputada fez o símbolo em libras que significa "eu te amo" e explicou: "simboliza também o respeito à cultura surda. Eu te amo. Frase que as vezes por alguma condição algumas pessoas não conseguem ouvir ou dizer. Mas o sentimento é o mesmo".

Com uma mensagem em libras descrita em libras em seu Facebook, o deputado Lobbe Neto (PSDB-SP) afirmou que a linguagem é essencial para a vida em sociedade. "É através dela que expressamos nossas, ideias, emoções e experiências",



disse. Já o deputado Antonio Imbassahy (PSDB-BA) aproveitou a passagem da data para homenagear todas as entidades, organizações, mães e pais voluntários "que se dedicam incansavelmente a construir uma sociedade mais humana, inclusiva e acessível para todos".

Setembro foi escolhido pelos surdos para comemorar e relembrar a luta por direitos. No Brasil, o "Dia do Surdo" foi escolhido por ser a data de fundação do Instituto Nacional de Educação de Surdos, em 1857. A comunidade surda se encontra em eventos e congressos sendo a principal pauta a educação e a criação de escolas bilíngues para o ensino de Libras (psdbnacâmara).